

Recebido em mai. 2008
Aprovado em jul. 2008

ÉTICA INTERCULTURAL DA INFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

ANA THEREZA DE MIRANDA CORDEIRO DÜRMAIER *

RESUMO

A idéia de sustentabilidade envolve uma concepção original e histórica de civilização. Ela requer a solução de uma série de desafios conceituais capaz de prover sua concretização plural na vida coletiva de cidadãos culturalmente diversos. Mais que uma educação para a sustentabilidade, é necessária a formulação de uma educação em si mesma sustentável, seja na sua autocompreensão interdisciplinar e transversal, seja no âmbito dos desafios interculturais a ela implícitos. O presente trabalho analisa o problema de uma educação para a sustentabilidade no horizonte das sociedades pós-industriais, defendendo a necessidade da ética intercultural da informação.

PALAVRAS-CHAVE

Ética. Informação. Sustentabilidade. Educação Superior. Cultura.

ABSTRACT

The idea of sustainability involves an original and historical conception of civilization. It requires solutions of many conceptual problems in order to make itself tangible to citizens in different cultures. More than an education for sustainability, it is essential to devise a sustainable education, i.e., an interdisciplinary, cross-disciplinary, and intercultural one. The present article analyses the problem of an education for sustainability in the horizon of the post-industrial societies in order to support the necessity of the intercultural ethics of information.

KEYWORDS

Ethics. Information. Sustainability. High Education. Culture.

* Doutora em FILOSOFIA pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. Professora Adjunta do Departamento de FILOSOFIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB.

INTRODUÇÃO

Ao comportar um projeto original de civilização na história das relações de produção da realidade social e ambiental, a idéia de sustentabilidade impõe a solução de uma série de desafios conceituais capaz de prover sua concretização plural na vida coletiva de cidadãos culturalmente diversos. A originalidade deste projeto, bem como sua força ou fragilidade, reside na premissa de ser simultaneamente global e local, ou *glocal*¹. Significa dizer que o desenvolvimento sustentável não pode seguir padrões uniformes ou uma orientação mono-cultural na elaboração de seu próprio sentido: ele ganha forma se multiplicando em possibilidades historicamente situadas.

Ao mesmo tempo, a sustentabilidade assume no agora o futuro como presente. A responsabilidade com as gerações vindouras se determina, porém, em uma espécie de ecologia da existência e em um pensamento da terra e não na realização de fins necessários da razão. Nas visões de mundo que enseja, a idéia de sustentabilidade mobiliza, assim, uma compreensão particular de espaço, de tempo e também de humanidade. Através dela, visa projetar relações e interações humanas mais justas e responsáveis em favor das quais tem que ultrapassar o marco estritamente universalista do Esclarecimento, sem se reduzir, porém, ao seu contradito histórico imediato, ou seja, a uma variante de culturalismo relativista.

No leque dos cursos de ação moldados pelos objetivos gerais da sustentabilidade, a formalização de

¹ Neologismo criado pelo sociólogo Roland Robertson em *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London: Sage, 2002.

uma educação para a transformação auto-sustentada de um mundo complexo é central e profundamente problemática. Mais que uma educação para a sustentabilidade, anseia-se pela formulação de uma educação em si mesma sustentável, seja na sua autocompreensão interdisciplinar e transversal, seja no âmbito dos desafios interculturais a ela implícitos. Não se trata aqui, portanto, apenas da tarefa de desenvolver novas metodologias pedagógicas e instrumentais didáticos a partir do paradigma sustentável: a educação para a sustentabilidade precisa compor-se ativamente com a transformação, ora em curso, da rede de relações entre universidade, setor produtivo e governo determinada pelas exigências da economia baseada no conhecimento da chamada sociedade da informação.

INOVAÇÃO, TECNOLOGIAS CONVERGENTES E SUSTENTABILIDADE

Assistimos à multiplicação da função do conhecimento que se torna, em seu caráter informacional, tecnológico e inovador, princípio da organização política das instituições e da vida coletiva. Em verdade, o conhecimento teórico, princípio axial das sociedades pós-industriais, converteu-se em premissa da inovação: encontramos-nos em uma situação na qual o conhecimento teórico “tornou-se ponto de partida para a ação [...], tornou-se o eixo das inovações práticas”, diferentemente do que ocorria nas sociedades industriais, nas quais as inovações eram feitas por “amadores talentosos e inspirados que eram indiferentes

à ciência e às leis fundamentais implícitas em suas investigações”².

Também na esfera política e social das sociedades pós-industriais vige a determinação fundamental do conhecimento teórico. Assim,

[...] hoje, os governos introduzem suas políticas baseados em modelos teóricos da economia. Estes variam – keynesiano, monetarista, *supply-side*, *laissez-faire*, coletivista –, mas um ou outro subjaz às decisões cotidianas que ministros tomam em resposta a exigências práticas. [...] Inegavelmente, o conhecimento teórico é uma idéia irresistível que, *prima facie*, define um novo tipo de sociedade que depende da geração e do uso do conhecimento/informação.³

Por um lado, é neste contexto que em parte se explica a exigência de massificação do ensino superior pela sociedade da informação à medida que nele mais plenamente se capacita o capital humano para a análise simbólica. “A capacidade efetiva de comunicar, de analisar situações com impassibilidade, de elaborar estratégias que permitam avanços, de negociar com outros atores, de identificar pontos fortes e fracos num dado ambiente”⁴ tornaram-se as habilidades básicas a serem aprendidas

² BELL, Daniel. The social framework of the information society, in Michael L. Dertouzos e Joel Moses (eds), *The Computer Age: a Twenty-Year View*. Cambridge, MA: MIT Press, 1979. Citado em: Webster, Frank. The Information Society Revisited. In Livingstone, Sonia e Lievrouw, Leah (eds), *Handbook of New Media: Social Shaping and Consequences of ICTs*, Sage, 2002, p. 29.

³ *Ibidem*, p. 30.

⁴ *Ibidem*, p. 25.

nas universidades. Por outro lado, vemos, ao mesmo tempo, o humanismo, por definição antropocêntrico e base dos modelos educacionais e do outrora entendimento social das competências educacionais, caducar face aos problemas éticos colocados pelas tecnologias convergentes entendidas como “estudo interdisciplinar das interações entre sistema vivo e sistema artificial para o desenho de novos dispositivos que permitam expandir ou melhorar as capacidades cognitivas e comunicativas, a saúde, a capacidade física das pessoas e produzir o maior bem social”⁵. A biotecnologia, a nanotecnologia e as tecnologias da comunicação e informação operam no pressuposto do descentramento antropológico encarnado pelo código digital, coadunando o colapso do humanismo. É que a técnica digital implica uma *dessubjetivação* dos processos de compreensão humanos, permitindo a aplicação de programas de interpretação e ação extrínsecos ao campo semântico e pragmático até hoje conhecidos: a realidade do *enhancement* humano, à medida que resulta de processos técnicos de interação e de hibridação em nível genético, é prova disto.

O aperfeiçoamento da espécie *sapiens* é apenas uma entre as inúmeras possibilidades abertas pelas tecnologias convergentes, hoje apenas em sua aurora histórica. No horizonte de possibilidades radicais e de incertezas viscerais, que vão da criação de natureza e da reprodução técnica da vida à destruição do planeta, a idéia

⁵ Cavalheiros, Esper. Tecnologias Convergentes e a Construção do Novo Homem. In: *Pesquisa Fapesp Online*. Disponível em <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/pdf/revolucao_genomica/esper.pdf>.

de sustentabilidade, mais que uma alternativa educacional, precisa substanciar o sentido da própria educação para a promoção da cidadania, da democracia, do desenvolvimento responsável e do bem comum.

Por toda parte se sinaliza que o papel da universidade na nova economia não se limita mais ao ensino e à pesquisa: hoje também cabe fundamentalmente à universidade desenvolver mecanismos organizacionais que promovam a inovação e a formação gestora⁶. Ela mesma deve ser agente de desenvolvimento econômico e social, exercendo um papel ‘quase governamental como organizadora local ou regional da inovação’⁷. Entretanto, na sociedade em que vemos emergir os paradigmas tecnológicos convergentes, que alterarão definitivamente a compreensão que o homem tem de si e das possibilidades de sua relação com o ambiente, se produz um novo conceito de inovação que ultrapassa seu antigo sentido de *aplicação de tecnologia*. Hoje ele implica interfaces e práticas interativas; estas requerem um “espaço de transação”⁸ no qual se operam redes de trabalho tanto competitivo como colaborativo. Impõe-se, a partir desse novo conceito de inovação, a construção da coordenação de um sistema de referência em rede em que são gerados discursos trans-institucionais, eles mesmos base do estabelecimento de sistemas de inovação. A universidade não é mais apenas fornecedora de “conhecimento e de

⁶ Leyedsdorff, L. & Etzkowitz, H. The Transformation of University-Industry-Government Relations. *Electronic Journal of Sociology* (2001). ISSN 111983655. In: <<http://www.sociology.org/content/vol005.004/th.html>>.

⁷ *ibidem*.

⁸ *ibidem*.

capital humano, mas outro ‘ator industrial’ que cria propriedade intelectual e molda novas firmas”⁹.

Além de criar as bases para exercer sua função de agente de desenvolvimento econômico e social, a universidade precisa rever as bases de seu papel tradicional de esfera de produção de conhecimento e de formação de recursos humanos. Esse papel requer modificações substanciais para promover a transferência do conhecimento e para capacitar profissionais especializados comprometidos com as gerações futuras e com o meio ambiente. Na interligação de suas funções, podemos conceber uma “universidade sustentável”, isto é, uma universidade que integre o desenvolvimento sustentável nas pesquisas que promove e nos projetos pedagógicos pelos quais capacita recursos humanos.

A UBIQUIDADE DA INFORMAÇÃO

É consensual que as competências comunicativas nunca foram tão fundamentais e diversificadas e, do ponto de vista das novas mídias, tão igualmente básico o domínio das tecnologias digitais. A informação, noção em si mesma difusa, está no centro da mudança mental e comportamental que ora vivemos. Encontramo-nos em uma transformação comunicacional que alcança o cerne da vida comunitária, da vida familiar, da educação, das carreiras profissionais, da liberdade, da democracia¹⁰.

Até recentemente, a realidade computacional, fenômeno básico ou comum aos processos históricos

⁹ *ibidem*.

¹⁰ *Computer and Information Ethics*. In: <http://plato.stanford.edu/entries/ethics-computer/>

atuais, era objeto apenas de disciplinas como a informática, a cibernética, a semiótica, a mediologia e a ciência da informação; entretanto, “atualmente, quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos”¹¹.

Vivemos em uma época que exige uma flexão ou uma plasticidade interativa da racionalidade a partir da qual possamos enfrentar o universo das novas questões éticas, políticas e legais que se acumulam diariamente nas práticas científicas, empresariais, sociais e governamentais, na vida pública e na vida privada. Como se isso não bastasse, há de considerar também que, vista de perto, mesmo a transferência da inovação é fomentada na inter-relação de diversos agentes sociais, representantes de não apenas valores e interesses particulares, mas, sobretudo, provenientes de culturas discursivas distintas. Assim, não há, em uma cultura progressivamente digital, conceito eficaz de gestão da inovação – ou de gestão *tout court* – sem uma ética que Rafael Capurro chama *ética intercultural da informação*¹².

O conceito de informação é interdisciplinar e indica o fenômeno fundamental da nossa era tecnológica

¹¹ Capurro, Rafael & Hjýrland, Birger. O Conceito de Informação. Trad. Cardoso, A., Ferreira, M. G., Azevedo, M. A. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 12, n.1, p.148-207, jan - abr., 2007.

¹² O conceito de “ética **intercultural** da informação” pertence ao quadro geral da *ética da informação* da qual Rafael Capurro é um dos pioneiros através do artigo de 1988, *Informationsethos und Informationsethik* e com a fundação, em 1999, do *International Center of Information Ethics* (ICIE). Artigos e conferências do Prof. Dr. Rafael Capurro, cf. sua homepage: <www.capurro.de>.

descrito por Capurro¹³ como o trânsito do *logos* falado e escrito ao número ou *arithmos* digital. Questões como as das 'da natureza do agente artificial e das realidades digitais, os fenômenos da interação homem-computador, da comunicação mediada por computadores, das comunidades eletrônicas'¹⁴; 'a realidade da Internet, como comunicação horizontalmente estruturada, produz um feito histórico único: a técnica de comunicação interativa do *one to one, one to many, many to one and many to many*'¹⁵; 'o surgimento de sistemas de compreensão autônomos ou robótica, dos sistemas híbridos biológicos, ou biônica, da manipulação digital da matéria em nível nano'¹⁶, não consistem em meros tópicos interdisciplinares da objetivação digital ou informacional, mas em desafios que evidenciam a superação de modelos de pesquisa e ensino tradicionais e requerem uma profunda tomada de consciência. Impõe-se uma forma nova de capacitar a fim de atender ao sentido da construção da autonomia e da cidadania planetária em uma cultura regida pela

¹³ Capurro, Rafael. *La Hermeneutica frente al Desafio de la Técnica Digital*. Conferencia en el Centro de Estudios em Tecnologia, Artes e Comuni. Porto, 2007. Disponível em: <http://www.capurro.de/hermeneutica_porto.html>.

¹⁴ Cf. Floridi, Luciano. What is the Philosophy of Information? In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information*. UK: Blackwell. 2004. Disponível em: <<http://www.philosophyofinformation.net/blackwell/chapters/introduction.pdf>>.

¹⁵ Takenouchi, Tadashi. "Capurro's Hermeneutic Approach do Information Ethics; Ethos in the Information Society and the Development of 'angeletics'". In: *International Journal of Information Ethics (IJIE) vol. 1 (06/2004)*. Disponível em: <http://www.i-r-i-e.net/inhalt/001/ijie_001_06_takenouchi.pdf>.

¹⁶ Cf. Capurro, *opus cit.*

diversidade, na qual a “criação, dinâmica, administração e utilização de fontes informacionais e computacionais tornaram-se vitais”¹⁷.

ÉTICA INTERCULTURAL DA INFORMAÇÃO

Podemos, aqui, avaliar preliminarmente as mais conhecidas implicações éticas geradas pelo ato de informar, quer dizer, considerar os meios que nos permitam situar, num primeiro momento reflexivo, a informação no contexto da vida prática dos indivíduos avaliando os problemas morais, deônticos ou axiológicos próprios ao ato de informar.

Sabemos que os sistemas e tecnologia da informação são fontes de novos problemas morais. Uma ética da informação diz respeito aos dilemas deônticos ou conflitos morais que surgem na interação entre os seres humanos e as tecnologias e sistemas de comunicação e de informação a fim de refletir e, sobretudo, disciplinar a criação, a organização e o uso das informações. A primeira questão que salta aos olhos é aquela que consiste em saber se uma sociedade da informação exige que se erija uma nova ética ou se podemos lançar mão das instâncias axiológicas e deontológicas já existentes, apenas adequando-as aos novos desafios. Dito de outra forma: essa morada que os gregos chamavam de *ethos* precisa de novos alicerces ou o que já dispomos se afiguram suficientes?

O fato é que não tem sido fácil encontrar respostas morais para os novos e vertiginosos desafios impostos

¹⁷ Floridi, *opus cit.*

pelos sistemas e tecnologias da informação. A privacidade da informação, a confidencialidade de dados, a segurança das informações, a prática do *spamming*, o controle da Internet por parte de governos em nome dos seus interesses políticos ou da “segurança nacional”, a exclusão digital, a desumanização do usuário em razão da impessoalidade ou despersonalização das práticas informacionais virtuais, a divulgação de informações que podem antecipadamente criminalizar um indivíduo suspeito de praticar um delito, são problemas éticos cujas soluções envolvem interdisciplinaridade e transdisciplinaridade em um solo comum de estabelecimento extremamente complexo.

Pode-se perguntar, em segundo lugar, se um homem melhor informado é necessariamente um homem moralmente melhor. Ou então se uma sociedade melhor informada é, com efeito, uma sociedade mais justa, ainda que seja duvidoso que estejamos em condições de decidir sobre se é possível, e a que preço, optar entre nos lançarmos nesse mundo como um Prometeu pós-moderno conduzindo célere o fogo do progresso, ou, a exemplo de Ulisses, resistirmos ao canto sedutor das sereias, ignorando o barulho tonitruante dos seus apelos. Ora, a tradição do Esclarecimento nos fez acreditar que os homens mais instruídos seriam necessariamente mais virtuosos e mais felizes. A partir disso devemos concluir que a sociedade da informação torna o nosso agir mais virtuoso e a virtude é o melhor caminho para a vida boa?

Entretanto, parece-nos inequívoco que devemos formar sujeitos não apenas para assimilar ou consumir

informação, mas também para produzi-la e saber bem usá-la. Por isso, uma ética *da* informação deve significar uma ética *para* a informação. Ou seja, trata-se de formar (moralmente) o agente ou o sujeito da informação. A sociedade da informação, com seus avanços e conquistas, ainda não nos oferece respostas às perguntas: como transformar a informação em conhecimento válido, seguro, verdadeiro? Que tipo de conhecimento é passível de ser transmitido, e, o mais importante, compreendido? E, em sendo compreendido, como torná-lo útil? Em que medida é possível, no contexto societário em que vivemos, regular ou disciplinar a informação? E ao fazê-lo, estaríamos limitando-a, cerceando-a?

Parece evidente que uma informação adequadamente assimilada produz conhecimento e isso, claro, pode gerar desenvolvimento individual e bem-estar social. O desafio consiste em espalhar e distribuir socialmente os engenhos, avanços e conquistas das chamadas tecnologias da informação, ou seja, realizar a chamada *socialização da informação*. Pode a globalização informacional ser capaz de gerar um cosmopolitismo aberto e tolerante? Um mundo em que nos transformamos em consumidores antes de sermos cidadão pode transformar consumidores fascinados em cidadãos esclarecidos, vigilantes e críticos? Afinal, é possível forjar as bases de um *ethos* capaz de fazer do informar um formar para a vida boa (Aristóteles)? É válido sugerir, como o fez Wittgenstein, que a ética não faz parte desse mundo (o da informação) e que ela é, antes, a própria condição desse mundo? Ora, não há informação sem que um valor (verdadeiro, falso, bom, mau, adequado,

impróprio) lhe esteja atrelado. A informação, por meio do valor que a pressupõe ou que ela veicula, atinge o pensar, o sentir e o agir.

Entretanto, os problemas éticos colocados pelas tecnologias da informação e comunicação são, a rigor, únicos. Como tais, mostram a limitação das éticas tradicionais. Como afirma Capurro,

[...] a tecnologia da informação digital modificou o horizonte do pensamento e da ação humanas de tal maneira que temos que lidar com questões para as quais as teorias éticas clássicas não apenas não possuem respostas, mas sequer podem fornecer base suficiente para lidar com elas¹⁸.

Se, por um lado, como afirma Hans Krämer¹⁹, até o século XVIII a reflexão moral ocidental foi marcada pelo predomínio da busca da felicidade (*Strebensethik*), sendo a partir de então deslocada pela ética do dever (*Sollensethik*), por outro, como afirma Capurro, citando Niklas Luhmann, o discurso ético não pode oferecer um *fundamentum inconcussum* a uma dada moralidade à medida que ele “pertence ao próprio processo auto-referencial da moralidade”. Enquanto tal, ele é “a observação infundável dos usos explícitos e implícitos do código moral”. A ética “observa as formas que nos comunicamos uns com os outros enquanto pessoas morais e as formas segundo as quais esta identidade moral é compreendida”, com a decisiva ressalva de que “não há observador imparcial”.²⁰

¹⁸ Capurro, Rafael. *Intercultural Information Ethics*. In: <<http://www.capurro.de/ie.html>>.

¹⁹ Kramer, Hans *apud* Capurro, *passim*.

²⁰ *Passim*.

Centrada na interseção da realidade virtual com as esferas ecológicas, políticas, econômicas e culturais, a ética intercultural da informação trata das questões oriundas do impacto da internet sobre os valores e formas tradicionais de vida em uma dada cultura local e dos seus desdobramentos possíveis no futuro em nível *glocal*. Para Capurro, apenas de maneira comparativa e, assim, sobre a base de diferentes tradições culturais, é possível exercer a reflexão ética a respeito das formas pelas quais construímos o mundo social. Esta perspectiva implica na adesão a uma nova orientação e prática filosóficas, a filosofia intercultural ou comparativa, a qual implica

[...] uma nova orientação porque, reconhecido o caráter situado da filosofia, as argumentações devem provar a si mesmas interculturalmente, tendo conscientemente a cultura e as culturas como contexto do filosofar. Ela implica uma nova prática porque esta consciência requer a produção individual, mono-cultural da filosofia como ponto de partida que busca, em contrapartida, uma *polifonia* fundamentalmente aberta, dialógica e processual de culturas e disciplinas.²¹

Como a “filosofia das formas simbólicas” de Cassirer e como a filosofia da tecnologia, a filosofia intercultural visada por Capurro baseia-se no “processo de seleção, conservação e reconstrução do sentido do ser realizado por uma pluralidade de atores, levando [...] à *memória cultural*”²². Contrariamente à idéia de mera

²¹ *passim*.

²² *passim*.

justaposição de culturas, característica do relativismo e do multiculturalismo, Capurro defende a idéia de ‘comparação’ como a pensa Nietzsche com a expressão “Zeitalter der Vergleichung” (*era de comparação*) em “Humano, Demasiado Humano”²³, ou seja, numa era em que “culturas, costumes e visões de mundo outrora as mais isoladas estão sendo comparadas e podem ser experimentadas (*durchlebt*), levando a uma era para além da ‘cultura da comparação’ (*Kultur der Vergleichung*)”²⁴.

Os problemas éticos oriundos das novas tecnologias não podem ser resolvidos por meio de um essencialismo meta-ético, i.e., por uma pretensão de estabelecer um conhecimento definitivo da natureza e razão humanas²⁵. Assim, a complexidade do desafio dessas questões se deve particularmente à impossibilidade de elas serem resolvidas universalmente em uma espécie

²³ Nietzsche. F. *Humano, Demasiado Humano*. Trad. Paulo Cesar de Souza, Cia das Letras, 2005, p.32-33. “A era da comparação – Quanto menos os homens estiverem ligados pela tradição, tanto maior será o movimento interior dos motivos, e tanto maior, correspondentemente, o desassossego exterior; a interpenetração dos homens, a polifonia dos esforços. Para quem ainda existe, atualmente, a rígida obrigação de ligar a si e a seus descendentes a um lugar? Para quem ainda existe algum laço rigoroso? Assim, como todos os estilos de arte são imitados um ao lado do outro, assim também todos os graus e gêneros de moralidade, de costumes e de culturas. – Uma era como a nossa adquire seu significado do fato de nela poderem ser comparadas e vivenciadas, uma ao lado da outra, as diversas concepções do mundo, os costumes, as culturas; algo que antes, com o domínio sempre localizado de cada cultura, não era possível, em conformidade com a ligação de todos os gêneros de estilo ao lugar e ao tempo...”

²⁴ *passim*.

²⁵ *passim*.

de ética mono-cultural, que toma a si como única válida, ou em uma ética multi-cultural, ou seja, como mera justaposição de éticas culturalmente diversas que, sem o exercício da comparação, reduz-se a um relativismo²⁶.

Hoje nos encontramos em um processo acelerado de *hibridização cultural* decorrente da globalização digital, cuja formulação é ensaiada no neologismo 'glocal'. Deste modo, a proposta de uma ética intercultural da informação por um lado ancora-se em um caráter elementar da razão, a sua pluralidade: "constituímos um mundo comum sobre as bases de intercâmbio de práticas"²⁷. Por outro, sua fundamentação "não pode ser oferecida por meras regras metodológicas ou meta-culturais, i.e., por princípios lógico-formais ou as chamadas constantes antropológicas"²⁸. Se visamos *glocalmente* alcançar o patamar de uma universalização de princípios em uma *ética transcultural* emanada da ética intercultural, tais princípios podem apenas ser fundados "em um intercâmbio intercultural permanentemente crítico" em uma forma de *consenso transcultural pragmático e contingente*²⁹. Deste modo, a tarefa primordial da ética proposta é determinar os elementos que nos permitam construir um diálogo intercultural sobre a tecnologia da informação não apenas para determinar as condições sob as quais diferentes estilos e projetos de vida podem coexistir em um ambiente digital, mas também "a fim de explorar como ela afeta e está

²⁶ *passim*.

²⁷ *passim*.

²⁸ *passim*.

²⁹ *passim*.

sendo apropriada por diferentes culturas, particularmente como elas são condicionados por este ambiente”³⁰.

Assim, a ética intercultural da informação ocupa-se, além das questões já mencionadas, com uma série de problemas de fundo, a saber: sobre as possibilidades de florescimento de uma cultura local no ambiente digital global; sobre a influência da internet especialmente nas culturas *glocais*; sobre a contribuição ou não das mídias eletrônicas ao processo democrático e com a construção das identidades culturais; com sua repercussão sobre os costumes, sobre as linguagens e sobre os problemas cotidianos; com o impacto da internet sobre as antigas mídias e sobre a economia, sobretudo no que tange à opressão cultural e à exclusão digital. Por fim, esta ética investiga as formas de sermos capazes de aumentar a liberdade e a justiça na perspectiva de um desenvolvimento cultural sustentável que proteja e encoraje a diversidade cultural e a interação entre as culturas.

CONCLUSÃO

A multiplicação da função da universidade no cenário geral da sociedade da informação e no horizonte da sustentabilidade e da inovação potencializa suas responsabilidades e compromissos educacionais, políticos, sociais e econômicos. À medida que suas funções se diversificam, depara-se com uma variedade de problemas éticos. De modo consoante, o próprio desenvolvimento social e econômico sustentável requer, mediante o novo sentido de inovação e das novas

³⁰ *passim*.

tecnologias, a definição de regras morais e normas legais para as quais se impõe a eficiência informacional e comunicacional. Seja como agente fundamental na transferência do conhecimento, seja como lugar privilegiado na formação de recursos humanos preparados para promover transversalmente a sustentabilidade, seja para produzir riqueza e bem-estar, seja para proteger, construir, transformar a cultura em que está localmente inserida, a universidade depende da reflexão ética para cumprir plenamente com sua missão na pesquisa e no ensino, na sua gestão interna e na gestão do que produz para a sociedade.

Nas últimas décadas vimos surgir a proliferação de éticas profissionais, o surgimento da *Bioética*, da *Ética Empresarial* ou *das Organizações*, da *Ética das Relações Internacionais*, da *Ética Jornalística*, etc. Este estado de coisas reflete certamente o volume de dilemas morais produzidos pela civilização técnica nas culturas que ora assumem o conhecimento como meio de coordenação social, de produção de bens e desenvolvimento sustentado. As soluções e os caminhos a serem perseguidos podem apenas ser solidamente estabelecidos mediante o diálogo intercultural que requer, por sua vez, o direito à comunicação e do direito à identidade cultural ou autonomia. As práticas possíveis por tais direitos se dão “no horizonte de diferentes culturas e de tradições morais que devem ser criticamente observadas pela ética intercultural da informação”³¹.

³¹ *passim*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPURRO, Rafael. *La Hermeneutica frente al Desafio de la Técnica Digital*. Conferencia en el Centro de Estudos em Tecnologia, Artes e Comuni. Porto, 2007. Disponível em: <http://www.capurro.de/hermeneutica_porto.html>.

_____. *Intercultural Information Ethics*. In: Rafael Capurro, Johannes Frühbauer, Thomas Hausmanning (Eds.): *Localizing the Internet. Ethical Aspects in Intercultural Perspective*. ICIE Series Vol. 4, Munich: Fink 2007, pp. 21-38. Disponível em: <<http://www.capurro.de/iie.html>>.

_____. *Intercultural Information Ethics. A Dialogue*. Disponível em: <http://www.capurro.de/iie_dialogue.html>.

_____. *Privacy. An Intercultural Perspective*. Disponível em: <<http://www.capurro.de/privacy.html>>.

_____. *Go Glocal. Intercultural Comparison of Leadership Ethics*. Disponível em: <http://www.capurro.de/DB_Akademie.html>.

FLORIDI, Luciano. What is the Philosophy of Information? In: *The Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information*, Blackwell, 2004. Disponível em: <<http://www.philosophyofinformation.net/blackwell/chapters/introduction.pdf>>.

FROELICH, Thomas. A Brief History of Information Ethics. Disponível em: <<http://www.ub.es/bid/13froel2.htm>>.

LEYEDSDORFF, L. & ETZKOWITZ, H. The Transformation of University-Industry-Government Relations. *Electronic Journal of Sociology* (2001). ISSN 111983655. Disponível em: <<http://www.sociology.org/content/vol005.004/th.html>>.

TAKENOUCI, Tadashi. "Capurro's Hermeneutic Approach do Information Ethics; Ethos in the Information Society and the Development of 'angeletics'". *International Journal of Information Ethics* (IJIE) vol 1 (06/2004). Disponível em: <http://www.i-r-i-e.net/inhalt/001/ijie_001_06_takenouchi.pdf>.

WEBSTER, Frank. The Information Society Revisited. In LIVINGSTONE, Sonia and LIEVROUW, Leah (eds), *Handbook of New Media: Social Shaping and Consequences of ICTs*, Sage, 2002, pp. 22-33.